

EDITORIAL

“Ainda estou aqui”: entre permanências, descontinuidades e desafios para o ano de 2025

Iniciamos este editorial fazendo uma retrospectiva deste primeiro trimestre de 2025. Elencamos alguns acontecimentos históricos vivenciados nacionalmente e internacionalmente, que nos dão elementos para entender que teremos um ano intenso em todas as esferas sociais, permeado de muitos desafios. Na educação começamos o ano sem otimismo ou perspectiva de conseguirmos frear os rumos da política que afetam negativamente a educação pública e o trabalho docente. Os artigos desta edição da Revista apontam para vários desafios no campo educacional, em distintas áreas, além de indicarem alguns avanços.

Internacionalmente, destacamos a permanência das guerras de Israel/EUA contra Palestina; Ucrânia/OTAN e Rússia; além de outras guerras e conflitos políticos, armados ou diplomáticos pelo mundo, que evidenciam revoltas populares, muitas vezes reagindo a golpes de Estado ou à opressão e à miséria, bem como tentativas de dominação, colonização externa de países, fruto de interesses econômicos e políticos. Cabe ainda mencionar o recrudescimento de políticas neoliberais em países da América Latina – caso, por exemplo, da Argentina.

Na relação Brasil e política externa, citamos a crise diplomática entre nosso país e Estados Unidos devido à deportação hostil de brasileiros que tentavam “ganhar a vida” na América do Norte; e à crise ocasionada pela necessidade urgente de regulamentação dos negócios das *big techs* em solo brasileiro, inclusive com decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) forçando ação do Congresso nesta direção¹. A falta de controle sobre a atuação dessas grandes empresas tem gerado efeitos negativos para nossa economia e democracia, pela disseminação de desinformação e fortalecendo os movimentos de extrema direita, além de afetar a

¹ Notícias ICL-Notícias (25/02/2025). Disponível em: <https://iclnoticias.com.br/moraes-big-techs-redes-sociais-fascismo/>. Acesso em: 28 março. 2025. E, notícia Portal Le Monde Diplomatique-Brasil, por Katarine Flor (10/02/2025). Disponível em: <https://diplomatique.org.br/big-techs-desafiam-a-democracia-e-favorecem-a-extrema-direita/>. Acesso em: 28 março. 2025

sociabilidade, a educação, a saúde psíquica e gerado o endividamento da nossa juventude² e da classe trabalhadora em geral (Martins, 2025).

Nacionalmente, no campo político, no dia 08 de janeiro tivemos em Brasília, no Palácio do Planalto um ato, chamado de “Abraço à democracia”. Organizado pelo governo federal, teve por objetivos lembrar os dois anos da tentativa de golpe de Estado, no fatídico dia 08 de janeiro de 2023; fazer a defesa da democracia; e reforçar o fortalecimento das instituições públicas. Ainda que com todos os seus limites, é preciso defender a nossa democracia e lembrar, para que crimes como este não se repitam, nesta triste página da história do país. Desde os acontecimentos de 2023, o grito “Sem Anistia” aos golpistas ganhou força e se fortaleceu neste ano.

Uma nova página deste processo se deu no mês de março, com o STF tornando réu o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e mais sete políticos e militares envolvidos no seu governo. Estes estão sendo responsabilizados pela tentativa de abolir o estado democrático de direito, portanto, por crimes contra a ordem democrática. Com esses últimos fatos, consideramos que a justiça está sendo feita, ainda que lentamente e com seus limites e incoerências. Ela tem representado um certo alento diante de tudo que passamos durante o mandato presidencial de Bolsonaro (2018-2022), com os retrocessos no campo dos direitos humanos, da saúde, da Educação Básica e do Ensino Superior, do meio ambiente e da produção científica (Silva Jr.; Mancebo; Oliveira, 2020; Santos; Musse; Catini, 2020; Araujo; Kato; Chaves, 2020).

Apesar desse complexo contexto, torna-se importante lembrar e comemorar a premiação do Oscar de Melhor Filme Internacional que recebemos pelo longa-metragem “Ainda Estou Aqui”, do diretor Walter Salles. Essa merecida premiação coloca aspectos relevantes vividos na ditadura cívico-militar, abordando a violência do Estado ditador no Brasil, mostrando os efeitos desumanizadores do fascismo e da extrema direita. Outrossim, é fundamental valorizar a produção cultural nacional e reconhecer seu importante papel formativo, ainda mais no contexto de polarização política em que vivemos. Fazemos alusão ao filme no título deste editorial, como uma forma de homenageá-lo e, também, pela pertinência da chamada ao indicarmos permanências de questões latentes para nosso país.

² Portal G1 (10/03/2025). Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2025/03/10/e-um-vicio-que-so-quem-passa-sabe-diz-mae-de-jovem-que-perdeu-r20-mil-em-apostas-online-em-campinas.ghtml>. Acesso em: 28 março. 2025

No campo econômico os números indicam neste trimestre que, de um lado, houve melhoria na economia – com concentração de riqueza para alguns –, mas, de outro, as condições de vida dos trabalhadores têm sido prejudicadas pela alta de preços nos produtos de primeira necessidade, tornando ainda mais difícil a produção da existência para a maioria da população.

Na educação, o ano iniciou com a aprovação da lei n.º 15.100, de 13 de janeiro de 2025, que proíbe o uso de celulares em escolas públicas e privadas de todo país (Brasil, 2025), abrindo exceção para uso com finalidade pedagógica, supervisionados por professores/as. Tal normativa parece amparar as escolas e docentes na vigilância do uso descontrolado dos equipamentos pelos/as estudantes para acesso a jogos e redes sociais, prejudicando na concentração e no processo de ensino e aprendizagem. Todavia, coloca um paradoxo diante de outras políticas que incentivam o uso desta tecnologia na escola pelos estudantes, fazendo-os acessá-las para cumprir parte das atividades letivas de forma remota, ou, ainda, a necessidade do uso de equipamentos privados de professores/as em diferentes estratégias do trabalho pedagógico na sala de aula, como para registro fotográfico das atividades, preenchimento de plataformas, lousas digitais etc. Não seria este delineamento normativo uma política de “enxugar gelo”? Quer dizer, não enfrenta a origem do problema, pois não se regulamenta as *big techs* que sugam a juventude, não se oferece aos estudantes instrumentos para análise crítica dos conteúdos digitais que inundam as redes, especialmente para verificar a veracidade das informações recebidas e, muito menos, melhoram as condições de trabalho e de valorização dos docentes.

O que temos presenciado, inclusive neste primeiro trimestre do ano, é a intensificação no processo de desvalorização docente, tanto nacional como localmente. As políticas vão sendo divulgadas como se estivessem, aparentemente, comprometidas com a valorização da educação pública e do trabalho docente, mas, com uma análise para além da aparência, identificamos o seu efeito inverso. Citamos como uma das evidências disto a luta realizada pelos/as dos servidores municipais, inclusive profissionais da educação, da Prefeitura de Florianópolis nesses primeiros meses do ano, com uma greve de 14 dias ocorrida no mês fevereiro, impulsionada pela tentativa de reforma da previdência, que retira muitos dos seus direitos. Outro fato na mesma Rede de Ensino se deu pela nomeação, em 8 de janeiro do corrente ano, de um novo secretário de educação, “importado” de outro estado. Thiago Mello Peixoto da Silveira – ou Thiago Peixoto, como é mais conhecido –, é economista de

formação, ex-deputado federal de Goiás (PSD) e foi secretário de educação daquele estado. Trata-se de um secretário que nada conhece de Florianópolis e da rede municipal de ensino, mas que está bastante alinhado com as políticas de controle de resultado, avaliações em larga escala e com aparelhos privados de hegemonia (APH) que atuam na educação, reconhecidos como aqueles que controlam o ensino público neste país, sendo este o caso do Movimento Todos pela Educação (TPE) (Gramsci, 2024; Martins, 2009; Lamosa, 2017; Lamosa *et al.*, 2020; Cariello, 2021). O alinhamento é tamanho que, em 21 de março, a Prefeitura de Florianópolis assinou um convênio com o TPE e com o Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE) que estaria comprometido em “transformar a educação” do município e do estado. Este convênio de cooperação técnica de 60 meses teria por objetivo,

[...] a melhoria da qualidade do ensino público, por meio do compartilhamento de ações e do intercâmbio de informações, de expertise e de conhecimento de práticas de gestão de excelência na educação, baseadas em evidências e em resultados, com o objetivo de constituir referenciais de gestão e de controle da educação. (TCU/SC, 2025)

Este acordo, entre tantos outros espalhados no país, reforça o processo de empresariamento e desmonte da educação pública (Silva; Mota, 2017). Ao fim, contribuem para desvalorização e adoecimento docente, ocasionado, entre outros motivos, pelas dezenas de faltas: de condições de trabalho; de projeto educativo coletivo e de projeto de sociedade; de sentido nesta atual educação pública; de autonomia didática e pedagógica; de reconhecimento e valorização social da profissão; de pertencimento, que não seja do discurso de protagonismo docente, que na essência significa responsabilização e culpabilização pelos resultados.

Em síntese, consideramos que a conjuntura política, econômica e educacional tem contribuído para afetar negativamente a saúde mental de toda população, em particular de docentes e estudantes. Estes elementos devem ser considerados nos debates sobre adoecimento e medicalização da educação e da sociedade. É justamente este o tema do dossiê que abre a primeira edição do ano da Perspectiva (volume 43, n. 01 de 2025), com o título *Medicalização da educação ontem e hoje: entre continuidade e rupturas*, organizado pelas professoras Diana Carvalho de Carvalho (UFSC), Lygia de Sousa Viégas (UFBA) e Simone Vieira de Souza (UFSC). O Dossiê é composto por sete artigos e uma entrevista, que abordam, sobre diferentes aspectos e recortes, os sofrimentos psíquicos em tempos neoliberais, retratando os processos que culminam no fracasso escolar, tema que acompanha a história educacional de nosso país e que foi analisado com muita

propriedade, desde os anos de 1980, por Maria Helena Souza Patto, entrevistada neste Dossiê.

Além do dossiê, este número da Revista Perspectiva é também composto por dez artigos de demanda contínua. No artigo intitulado **Eleição de diretores escolares em Florianópolis: passado, presente e futuro de luta por gestão democrática**, os pesquisadores(as) Rafael Affonso Gaspar (SME/Fpolis-SC), Patrícia de Souza (SME/Fpolis-SC), Mariléia Maria da Silva (UDESC), Mariano Moura Melgarejo (SME/Fpolis-SC), em um estudo documental, apresentam uma síntese do movimento de construção e efetivação das eleições diretas para diretores escolares no município, considerando o contexto político-social. Fundamentados na compreensão do Estado e Democracia na perspectiva marxista, defendem que esses conceitos precisam ser problematizados como valores universais em uma sociedade de classes. Concluem que a pauta por gestão democrática é uma luta a ser mantida, mas alertam que o desconhecimento das fronteiras dos marcos liberais afeta as formas de luta.

Educação estética na formação continuada de professores do ensino superior, artigo de autoria de Aletéia Caroline de Simas Rossi (Univali) e Adair de Aguiar Neitzel (Univali), investigou como um programa de formação continuada repercute na formação estética dos(as) professores(as) do ensino superior. A pesquisa foi realizada em uma universidade comunitária do sul do Brasil, por meio de metodologia de análise documental, a partir de vídeos e relatos produzidos pelos(as) docentes que participaram da formação. As autoras concluem que a experiência, especialmente o contato com a literatura, provocou os(as) professores(as) a refletir sobre a prática pedagógica, perceber a multiplicidade e a complexidade dos saberes necessários ao ensino superior, oportunizando o desenvolvimento do pensamento com autonomia, liberdade de escolha, bem como uma visão de mundo ampliada e sensível para enfrentar os desafios da sala de aula.

Demandas formativas no ensino de álgebra: uma leitura das manifestações de professores que ensinam Matemática no 5º ano do Ensino Fundamental é o título do artigo de Sueli Fanizzi (UFMT), Vanessa Lacerda Tarouco (UFMT) e Mariana Aline Nita (SME/Cuiabá-MT), que busca responder a seguinte problemática: como os aspectos relacionados às questões conceituais do pensamento algébrico e do seu ensino aparecem nas manifestações orais e escritas dos professores que atuam no 5º ano ao longo de uma ação formativas? As autoras apresentam resultados parciais de uma pesquisa maior que investiga os conceitos

matemáticos mais relevantes indicados por professores do 5º ano do Ensino Fundamental da rede municipal de Cuiabá, no período de junho de 2021 a junho de 2023. A álgebra foi o segundo tema mais indicado pelos professores. Foram realizadas atividades formativas semanais com 38 professores, tendo sido estas gravadas e transcritas pelo grupo de pesquisadores. Os professores manifestaram suas dificuldades e limitações relativas ao conhecimento algébrico, bem como grande satisfação ao compreenderem relações algébricas que até então haviam sido memorizadas mediante a mecanização de procedimentos desprovidos de significados, aprendidos durante a própria escolaridade. As pesquisadoras concluem que ainda há necessidade de orientação sobre o tema e que os professores se mostram receptivos a esse aspecto.

Analisar criticamente o processo de mercantilização da educação e a formação escolar neoliberal no capitalismo contemporâneo, por meio de um estudo teórico/ bibliográfico, é objetivo do artigo **Educação escolar em liquidação? Apontamentos sobre mercantilização da educação e formação escolar neoliberal**, de Vanessa Colares de Bitencourt (UNESC) e Matheus Bernardo Silva (UNESC). Fundamentados no materialismo histórico/dialético e na pedagogia histórico crítica, os autores têm por hipótese que a mercantilização da educação, e, consequentemente, a formação escolar neoliberal, corroboram para a naturalização e, portanto, para a consolidação da precarização do trabalho na atualidade para atender os interesses da classe dominante. Hipótese que foi confirmada na pesquisa, considerando que o indivíduo adquire uma consciência ingênuas, tornando-se empreendedor de si mesmo.

O conceito de atividade epilinguística em proposições pedagógico-curriculares de base sociointeracionista e construtivista para a alfabetização, artigo de autoria de Emerson de Pietri (USP), Márcia Romero (Unifesp), Cláudia Valentina Assumpção Galian (USP) e Fernando Rodrigues de Oliveira (Unifesp), objetiva caracterizar os efeitos que a concorrência entre diferentes proposições teórico-metodológicas produz na constituição da alfabetização em objeto dos discursos pedagógico-curriculares e acadêmico-científicos. Os(as) pesquisadores(as) analisam a proposta para o ensino de língua portuguesa de 1º Grau, documento publicado nos anos de 1980, fundamentados na análise de discurso de linha francesa, particularmente no conceito de interdiscurso. Nesse período, diferentes concepções de linguagem e proposições de ensino-aprendizagem de língua portuguesa se encontram em contexto acadêmico, com contribuições para a

construção de políticas públicas de educação linguística. Segundo os(as) autores(as), os resultados evidenciam que o conceito de atividade epilingüística, apropriado em bases sociointeracionistas, segundo as regras semânticas do discurso pedagógico-curricular observado, constitui dispositivo que possibilita conciliar concepções de sujeito, de ensino e de aprendizagem epistemologicamente divergentes por princípio.

Jefferson Pereira de Almeida (IFRS) e Sônia Regina da Luz Matos (UCS), com base em discussões da filosofia contemporânea, fazem uma crítica à noção de vocabulário, em estreita relação com o questionamento da metafísica, enquanto discutem as possibilidades e os limites da educação no artigo intitulado **Uma crítica ao vocabulário filosófico da educação**. Concluem pela recusa do metavocabulário, não porque ele seja errado, mas porque sua existência pressuporia a exclusão do movimento e da multiplicidade, bem como da potência da Educação.

As ações afirmativas no ensino superior são tema do artigo **Discutindo as Ações Afirmativas nas instituições de ensino superior em Santa Catarina: entre discursos e políticas institucionais**, de autoria de Renata Waleska de Sousa Pimenta (IFSC) e Fernanda da Silva Lima (UNESC). Tem como objetivos mapear as instituições do referido estado e identificar as estratégias adotadas para a gestão dessas políticas. A pesquisa analisou as informações disponibilizadas nos sites e documentos institucionais. Os resultados indicam que as instituições apresentam realidades heterogêneas, com variações significativas no comprometimento com as políticas afirmativas. Embora avanços sejam perceptíveis, a gestão dessas políticas ainda enfrenta desafios, exigindo uma análise mais profunda das relações de poder implícitas nas práticas institucionais para que mudanças efetivas sejam promovidas.

Introdução a César Aira educador, de Luiz Carlos Quirino da Silva (UFRGS) e Máximo Daniel Lamela Adó (UFRGS), é um estudo bibliográfico que arregimenta saberes do campo da educação, da teoria literária e da filosofia para analisar alguns procedimentos utilizados pelo escritor César Aira. Segundo os autores, esses procedimentos auxiliam a pensar estratégias de enfrentamento dos poderes que se projetam clandestinamente sobre o fazer em sala de aula, ou em outros espaços educativos, obliterando as possibilidades de surgimento do novo. Concluem que a produção ao autor, para além do fazer literário, constitui-se em uma micropolítica que opera por meio de uma lógica dos afetos, podendo contribuir para a construção de um espaço comum, ainda que temporário, onde poderemos pensar outras formas para nossas existências.

A inclusão de estudantes com necessidades especiais é o tema do artigo **Revisão sistemática: Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas nos Institutos Federais de Educação**, de autoria de Lucas de Moraes Negri (UFSCAR), Amanda Santana Gomes-Silva (SME/SP), Luciana Carlena Correia Velasco Guimarães (IFAP-AP) e Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCAR). O estudo teve como objetivo analisar os aspectos que têm sido enfatizados nos estudos sobre os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, tal como nos NAPNEs. Para tanto, realiza um levantamento bibliográfico, em três bases de dados e as buscas: a) Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior (CAPES); b) Biblioteca Eletrônica Científica Online (SciELO) e, c) Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Os resultados obtidos destacam a importância das políticas governamentais na promoção da acessibilidade na educação. Além disso, ressaltam o papel dos NAPNEs em fornecer suporte, orientação e recursos para garantir o acesso à educação de estudantes com deficiência, reconhecendo também os direitos fundamentais desses estudantes.

Joanita Moura da Silva (UNEB), David Lucas Oliveira da Silva (UNEB) e Bruno Jadson Jardelino Gomes (UECE), no artigo **Vinícius de Moraes: o poeta que vive há 110 anos de poesia e música no coração das crianças**, apresentam os resultados do processo de pesquisa e estágio supervisionado junto aos discentes de uma turma de 2º ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental de uma escola pública do semiárido baiano. Em termos metodológicos, a escolha foi pelo grupo focal como meio para possibilitar a compreensão da visão das crianças sobre a produção do autor. O ponto de partida foi o livro A arca de Noé, acrescido de uma concisa biografia de Vinicius de Moraes. Concluem que as poesias de Vinícius de Moraes (2002) representam uma ferramenta eficaz para despertar nas crianças o encantamento pela palavra escrita. Destacam que, com temas acessíveis e uma musicalidade convidativa, seus poemas facilitam a identificação e promovem uma relação prazerosa com a leitura, além de transformar a palavra escrita em uma experiência estética, favorecendo o amadurecimento de um vínculo afetivo com o gênero literário.

Desejamos a todos um bom ano de 2025, que possamos continuar juntos ao longo deste período e que a leitura das pesquisas aqui divulgadas possibilitem momentos aprazíveis e enriquecedores.

Editoras Científicas

Diana Carvalho de Carvalho
Célia Regina Vendramini
Eneida Oto Shiroma
Jocemara Triches
Juliana Cristina Faggion Bergmann
Patricia Laura Torriglia

Referências

ARAÚJO, Rhoberta Santana de; KATO, Fabíola Bouth Grello; CHAVES, Vera Lúcia Jacob. O programa Future-se e o desmonte do financiamento público e da autonomia universitária. *Revista Eletrônica de Educação*, [S. l.], v. 14, 2020. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/4543>. Acesso em: 28 março. 2025.

BRASIL. *Lei nº 15.100, de 13 de janeiro de 2025*. Dispõe sobre a utilização, por estudantes, de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais nos estabelecimentos públicos e privados de ensino da educação básica. Brasília: Planalto, 2025.

CARIELLO, Lisia. Todos Pela Educação e Bolsonaro: a relação entre o Estado brasileiro e o Partido da Educação (2018-2021). *Marx e o Marxismo*, v.9, n.17, jul/dez 2021. Disponível em: <https://www.niepmarx.com.br/index.php/MM/article/view/448>. Acesso em: 28 março. 2025.

GRAMSCI. *Cadernos do Cárcere*. Obras completas.[livro eletrônico]. Tradução IGS-Brasil. RJ: IGS-Brasil, 2024. Disponível em: <https://storage.googleapis.com/production-hostgator-brasil-v1-0-9/739/971739/23GwhSwA/8b7824d91b934722a91965268bb21142?fileName=Cole%C3%A7%C3%A3oCadernosdoC%C3%A1rcere.pdf>. Acesso em: 12 março. 2025.

LAMOSA, Rodrigo (org.). *Classe dominante e educação em tempos de pandemia: uma tragédia anunciada*. Editora Terra sem Amos: Paranaíba, 2020.

LAMOSA, Rodrigo. A nova ofensiva do capital na América Latina: todos pela educação?. *Anais do XXIX Simpósio Nacional de História - contra os preconceitos: história e democracia*. Brasília: UnB; ANPUH, 2017. Disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1489967747_ARQUIVO_TextocompletoANPUH2017.pdf. Acesso em: 28 março. 2025.

MARTINS, André Silva. A educação básica no século XXI: o projeto do organismo “Todos pela Educação”. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v.4, n.1, p.21-28 , jan.-jun. 2009. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/praxeduc/v04n01/v04n01a03.pdf>. Acesso em: 28 março. 2025.

MARTINS, Carlos Eduardo. A Inteligência Artificial e as disputas do mundo contemporâneo. *Blog da Boitempo*. Publicado em 29 de janeiro de 2025. Disponível em: <https://blogdabotempo.com.br/2025/01/29/a-inteligencia-artificial-e-as-disputas-do-mundo-contemporaneo/>. Acesso em: 28 março. 2025.

SANTOS, Maria Rosimary Soares dos; MUSSE, Ricardo; CATANI, Afrânio Mendes. Desconstruindo a educação superior, os direitos humanos e a produção científica: o bolsonarismo em ação. *Revista Eletrônica de Educação*, [S. l.], v. 14, 2020. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/4563>. Acesso em: 28 março. 2025.

SILVA JUNIOR, João dos Reis; Mancebo, Deise; Oliveira, João Ferreira de. Apresentação do Dossiê Consequências do Bolsonarismo sobre os direitos humanos, a educação superior e a produção científica no Brasil”. *Rev. Elet. Educ.*, São Carlos, v. 14, jan./2020, 2020. Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-71992020000100100&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 28 março. 2025.

SILVA, Amanda Moreira da; MOTTA, Vânia Cardoso da. A presença do empresariado na educação pública brasileira e a precarização de novo tipo do trabalho docente. *Educação em Revista*, Marília, v.18, n.2, p. 27-42, Jul.-Dez., 2017. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/educacaoemrevista/article/view/7412/4683>. Acesso em: 28 março. 2025.



<http://www.perspectiva.ufsc.br>